

■ **Os impactos do meteoro que caiu na economia e os cenários possíveis**

■ **Mercado de trabalho do RS no 1ºT/20: primeiros sinais de deterioração**

■ **Número de pedidos de seguro-desemprego bate recorde no RS**

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

[www.fiergs.org.br/economia](http://www.fiergs.org.br/economia)

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

# Os impactos do meteoro que caiu na economia e os cenários possíveis

Os primeiros impactos da pandemia e os dois cenários possíveis para os próximos meses

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) mostrou que a economia brasileira encolheu 1,9% no primeiro trimestre de 2020 em comparação com o trimestre anterior, já considerados os efeitos sazonais. Essa retração foi puxada pelo desempenho de março, -5,9% em relação a fevereiro, os dois primeiros meses do ano tinham sido de crescimento (0,1% em janeiro e 0,3% em fevereiro). Na comparação com o mesmo período do ano anterior, a queda trimestral foi de 0,3% e a de março de 1,5%, da mesma forma, nos dois primeiros meses foram registrados avanços (0,1% e 0,6%).

Para a indústria gaúcha o impacto foi muito intenso. A produção industrial registrou em março a maior queda da história: -20,1% ante o mês anterior, com ajuste sazonal, superando em muito o recorde negativo anterior de maio de 2018 (-13,9%). O nível de produção no mês também é inédito. A taxa gaúcha é a segunda pior entre os estados e caiu mais do que o dobro da brasileira (-9,1%) no mesmo período.

Outro indicador que revelou os primeiros impactos, mas que não conta no cálculo do IBC-Br, diz respeito aos investimentos. O Índice de Formação Bruta de Capital Fixo do IPEA indicou uma contração de 6,7% na Construção Civil e 15,1% nos investimentos em Máquinas e equipamentos. Esses dados trazem apenas os primeiros impactos da pandemia na economia brasileira e gaúcha.

Desde o início da pandemia optamos por não fazer, neste espaço, qualquer abordagem da evolução clínica da doença ou tentar avaliar a eficácia das previsões dos modelos epidemiológicos. Ainda que tivéssemos críticas sobre os cálculos e apostas sobre a evolução do contágio, optamos por não externar essas opiniões. Um dos principais motivos para isso é a precariedade na forma em que são obtidos os dados, a nossa falta de familiaridade com esse tipo de modelo e, é claro, o desconhecimento da ciência médica.

Porém, para realizar previsões para a atividade nos próximos meses, e anos, precisamos assumir certos comportamentos para a evolução da pandemia. Entre os diversos desdobramentos possíveis, destacamos dois que acreditamos serem os mais prováveis e que abarcam a maioria dos cenários.

O primeiro deles, mais otimista, e que parece ser o cenário base da maioria dos analistas, está baseado na hipótese de que o gradual processo de abertura e retomada da atividade iniciado em maio terá continuidade sem que haja um significativo impacto das segundas ondas de surto de COVID-19 sobre a atividade. Nesse quadro, surtos localizados teriam como resposta das autoridades públicas a retomada do distanciamento em algumas cidades, mas nada

comparável com a paralisação de abril. Esse desdobramento conta com uma evolução clínica da epidemia de modo que não será necessária a imunização de 60% da população para que a curva de óbitos pelo vírus comece a cair. Essa imunização continuaria ocorrendo, mas sem um surto que impedisse o reestabelecimento da economia nos principais centros. Assim, dentro de todas as restrições de higiene e segurança, a atividade retornaria com mais força já em junho e continuamente a partir do terceiro trimestre.

O cenário alternativo, mais pessimista, trata de abarcar a possibilidade de novos surtos com ondas de intenso fechamento da economia ao longo de todo o ano de 2020 até que se chegue a um elevado grau de imunização da população ou um tratamento/vacina seja apresentado. Nesse caso, os impactos econômicos seriam ainda mais catastróficos, tendo em vista que a cada tentativa frustrada de abertura, os impactos econômicos se multiplicariam com pressões sobre as autoridades públicas para agirem com ainda mais rigidez.

Até o momento, o cenário mais otimista tem sido sustentado pela observação do desempenho da economia chinesa, origem do vírus e primeira a ser afetada por ele. O comportamento da pandemia também tem sugerido esse desdobramento, uma vez que seus impactos tem se mostrado bastante heterogêneos entre as regiões do país. Cabe ressaltar que isso também pode ser um indicativo de que o quadro pode se agravar.

Por outro lado, sabemos das dificuldades de se fazer um paralelo entre a China e qualquer outro país tendo em vista as suas particularidades, em especial por se tratar de uma economia centralizada. Mesmo assim, veja que a volta “à normalidade” não recupera as perdas do tempo parado. Os indicadores mostram um crescimento que recupera uma pequena parte das perdas do período de paralisação.

No cenário mais positivo/base, atualmente o mercado trabalha com um encolhimento da economia na entre 5% e 8%. Cabe lembrar que o *lockdown* mais intenso tem ocorrido em São Paulo, o qual representa cerca de 40% da economia nacional. Outro desdobramento do cenário base é que a recuperação em 2021 será mais robusta. Nesse caso, as expectativas do mercado tem um maior desvio, mas apontam um avanço acima de 4%. Esse último ponto talvez seja a maior diferença entre os cenários. Além da queda mais intensa em 2020, a recuperação mais lenta em 2021.

O fato é que já estamos vivendo no mundo pós COVID-19, seja pela impossibilidade de manter a economia parada, ou por aquelas mudanças de comportamento e de mercado que todos esperam daqui para frente.

## Mercado de trabalho do RS no 1ºT/20: primeiros sinais de deterioração

Na última sexta-feira (15), o IBGE divulgou os dados da PNAD Contínua Trimestral, pesquisa que contém informações do mercado de trabalho brasileiro por Unidades da Federação. Para o Rio Grande do Sul, o resultado da taxa de desemprego do primeiro trimestre de 2020 ficou dentro da normalidade, mas já se percebem sinais de alerta em algumas variáveis importantes contidas no relatório, assim como ocorreu no Brasil e foi discutido no Informe Econômico de duas semanas atrás ([link aqui](#)).

A taxa de desemprego gaúcha foi estimada em 8,3% da força de trabalho, uma elevação de 1,2 ponto percentual em relação ao quarto trimestre de 2019 (7,1%). Esse movimento de alta entre o final de um ano e início do ano seguinte sempre ocorre, em especial por conta do desligamento de trabalhadores que foram contratados temporariamente para as festas de final de ano. Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, apesar da diferença numérica (8,3% contra 8,0%), não houve variação estatisticamente significativa, tal como nos últimos 12 trimestres observados.

A despeito do comportamento dentro do esperado para a taxa de desemprego, três aspectos chamam a atenção: 1) O número de desempregados apresentou a maior alta na passagem do quarto para o primeiro trimestre desde 2016, atingindo 504 mil pessoas ao crescer 14,3%; 2) Considerando a mesma forma de comparação, a população ocupada caiu 2,6%, registrando a maior queda de toda a série histórica; 3) O

ingresso de pessoas na população fora da força de trabalho (grupo de pessoas que não estão ocupadas e nem procurando emprego) também apresentou a maior taxa da história (+3,0%) na passagem trimestral, repetindo o crescimento observado no primeiro trimestre de 2018. É importante mencionar que o número de desalentados (parcela da população fora da força de trabalho que desistiu de procurar emprego) ficou estável, mostrando que outros fatores fizeram as pessoas não procurarem emprego, e não a simples desistência. Provavelmente, este desfecho foi reflexo das medidas de isolamento social.

Portanto, o crescimento do número de pessoas que deixou de procurar emprego (ingresso na população fora da força de trabalho), seguiu um avanço ainda maior do número de desempregados e, conseqüentemente, o crescimento expressivo da taxa de desemprego.

Por fim, as conseqüências de menos pessoas participando da força de trabalho já apareceram na geração de renda. A massa de rendimentos das pessoas ocupadas no primeiro trimestre de 2020 (R\$ 14,1 bilhões), considerando todos os trabalhos e o habitual recebido por mês, quando comparada ao valor observado no quarto trimestre de 2019, apresentou queda real de 3,5%, configurando a maior retração da série histórica. Em valores monetários, foram R\$ 509 milhões de reais que deixaram de ser gerados na economia.

## Número de pedidos de seguro-desemprego bate recorde no RS

Com a suspensão da divulgação do CAGED por parte do Ministério da Economia, o acompanhamento dos impactos da pandemia no mercado de trabalho formal ficou comprometido. No final do mês passado, o governo federal começou a divulgar as informações sobre os pedidos de seguro-desemprego. Com periodicidade mensal e até quinzenal, os dados permitem ter uma ideia do que está acontecendo com os empregos com carteira assinada.

Em abril, foram registrados 748,5 mil pedidos de seguro-desemprego no Brasil, um aumento de 22,1% em relação ao mesmo mês de 2019. Já no Rio Grande do Sul, 53,1 mil trabalhadores entraram com pedido do benefício no mês passado, o maior valor desde o início da série com início em 2000, um aumento de 39,5% frente a abril de 2019. Os dados quinzenais mostram que houve um salto nos requerimentos na segunda quinzena do mês, tanto no Brasil quanto no RS, com aumento de 59,0% e 84,7%, respectivamente, frente a igual período do ano anterior.

Percebe-se que houve uma interrupção nos pedidos entre a segunda quinzena de março e a primeira quinzena de abril, fato ligado ao fechamento das agências do Sine por conta da pandemia. Mesmo que o requerimento possa ser feito totalmente pela internet,

boa parte dos trabalhadores ainda busca o atendimento presencial.

Por fim, vale ressaltar que os trabalhadores têm até 120 dias para entrar com o requerimento de seguro-desemprego após o desligamento. O Ministério da Economia estima que até 250 mil pedidos ainda possam ser feitos nos próximos meses por não terem sido realizados presencialmente nos meses de março e abril.

Portanto, nas próximas semanas, a soma dos problemas já observados até então com a continuidade de medidas restritivas à atividade econômica produzirá uma piora ainda mais significativa nesses indicadores.

### Requerimentos de seguro-desemprego – Brasil e Rio Grande do Sul

	Nº de requerimentos		Var. % mesmo período ano anterior	
	BR	RS	BR	RS
<b>Março/20</b>	<b>536.844</b>	<b>32.871</b>	<b>-3,5</b>	<b>2,6</b>
1ª Quinz.	301.517	16.796	19,9	14,9
2ª Quinz.	235.327	16.075	-22,8	-7,8
<b>Abril/20</b>	<b>748.484</b>	<b>53.055</b>	<b>22</b>	<b>39,5</b>
1ª Quinz.	267.693	18.223	-13,8	-4,9
2ª Quinz.	480.791	34.832	59,0	84,7

Fonte: Ministério da Economia.